



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.

Reflexões sobre a formação social brasileira

Lana Carrijo de Felipe Rodrigues¹
Daniel Luiz Pitz²

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar o processo de formação social do Brasil. Para tanto, realizou-se diversas interlocuções buscando demonstrar as particularidades presentes na constituição do Estado brasileiro e seus desdobramentos para a classe trabalhadora. O estudo se ancorou em estudos bibliográficos de autores do pensamento social crítico brasileiro. Nesse sentido, entende-se que o Brasil se estabeleceu enquanto Estado capitalista de forma subalterna e dependente frente ao capital internacional. Expressando-se através da conciliação de interesses, com projetos políticos que não melhoram efetivamente as condições da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Formação social brasileira; Serviço Social; Classe trabalhadora.

Reflections on brazilian social formation

Abstract: The purpose of this article is to analyze the social formation process in Brazil. To this end, several interlocutions were made in order to demonstrate the particularities present in the constitution of the Brazilian State and its consequences for the working class. The study was anchored in bibliographic studies by authors of Brazilian critical social thought. In this sense, it is understood that Brazil has established itself as a capitalist state in a subordinate and dependent way compared to international capital. Expressing itself through the conciliation of interests, with political projects that do not effectively improve the conditions of the working class.

Keywords: Brazilian social formation; Social Service; Working class.

Introdução

O objetivo geral deste artigo é analisar o processo de formação social do Brasil. Procura-se explicar o sentido originariamente mercantil da colonização e o que isso significou para a construção da identidade social, cultural e política da sociedade brasileira, marcada pela violência e supressão de suas características próprias.

Abordar-se-á o tema a partir das intervenções relacionadas às particularidades da composição e expansão do capitalismo na formação social brasileira, com uma maior ênfase no mercado de trabalho, no conceito marxiano de trabalho abstrato e nas contradições sociais que compõem historicamente as particularidades da exploração do

¹ Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: lana.carrijo@gmail.com.

² Mestrando em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Advogado. Graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Email: danielpitz@gmail.com.

trabalho pelo capital no país.

Portanto, emerge o seguinte problema de pesquisa: Quais são as particularidades na formação social brasileira?

O tema aqui proposto surge com o intento de contribuir com o conhecimento nessa área, especialmente dentro de uma perspectiva humanista do Serviço Social, de modo muito particular, sobre a formação social brasileira. A importância deste trabalho consiste então em indicar problematizações sobre os aspectos da inserção do capitalismo na realidade brasileira.

A metodologia utilizada é a literatura relacionada com a temática, utilizando obras de estudiosos clássicos e contemporâneos sobre o Brasil em vários textos dentro e fora do Serviço Social, a exemplo de Caio Prado Jr., sendo dessa forma a pesquisa bibliográfica e a sua técnica qualitativa.

Na primeira parte deste texto pontuamos de forma objetiva os elementos de origem do processo de formação social do país, por sua vez, trazendo algumas de suas particularidades sócio-históricas.

Logo após, apresentaremos a formação social e a relação com o processo de modernização tardia, trazendo em seguida um breve panorama do desenvolvimento das forças produtivas, sendo, portanto, os objetos de verificação mais específicos do estudo.

1.1 A origem do processo de formação social brasileira

Para compreender a forma como a sociedade brasileira está organizada, foi preciso resgatar seu passado histórico e retomar alguns acontecimentos importantes que contribuem para explicar o Brasil de hoje. A sua construção social tem as bases fincadas em influências exteriores, sendo estas capazes de determinar o futuro de um povo que até o momento de sua invasão pelos europeus, não conhecia outra forma de vida além de sua relação direta com a natureza. Refletir sobre em que medida essa evolução se realizou, nos ajuda a entender quais eram as suas necessidades e até onde vão suas consequências.

Prado Jr. em sua interpretação sobre a formação do Brasil contemporâneo ressalta a importância da reflexão sobre o passado colonial para melhor apreensão do Brasil de agora.

Visto deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável.

Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. (PRADO JR., 1942, p. 20)

Prado Jr. parte do século XVIII, período em que a colônia começa a apresentar sinais de esgotamento e se inicia um processo de mudanças na lógica da colonização. Os desdobramentos desse percurso vão definir os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais fundamentais que estabelecem a dinâmica brasileira até os dias atuais.

O autor expõe a dicotomia construída por essas transformações e reconhece como elemento determinante o processo de ocupação das terras brasileiras de maneira coercitiva e violenta pelos europeus. O objetivo dessa invasão desde o início foi extrair da natureza, esta em grande parte ainda selvagem, matérias que pudessem ser transformadas em valor (café, açúcar, ouro, diamante, etc.). Os produtos eram exportados para industrialização em Portugal que assim como uma grande empresa comercial, buscava expandir sua produção de mercadorias.

É certo que o Brasil nunca fez parte do projeto de desenvolvimento de seus colonizadores. Apenas na medida em que fosse necessário proporcionar meios para exploração da terra, via expropriação dos povos indígenas e escravização dos negros. Nunca em seu sentido civilizatório (MURAD, 2011).

Diante desse cenário, Caio Prado (1942, p. 10) diz que surge “algo de novo”, tendo em vista que a realidade que se constituiu não se identifica nem com a cultura original do povo nativo, nem com a de seus colonizadores. Criam-se características específicas, que se perpetuam no decorrer da nossa evolução e determinam nossos traços atuais. Segundo ele, o Brasil ainda “não tomou forma” (idem), se referindo a essa flagrante convivência simultânea entre o arcaico e o novo.

Frequentemente justifica-se como inevitável o período da colonização brasileira, no entanto a naturalização desses acontecimentos oculta às razões que impulsionaram realmente esse processo de exploração, razões que ultrapassam as circunstâncias impostas pela discutível concepção de “desenvolvimento”. Por isso a necessidade de buscar um passado tão longínquo, pois ele instrumentaliza a análise sobre as formas de organização social e política de tempos recentes, seus limites e possibilidades.

É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (PRADO JR., 1942, p. 10)

Como mencionado anteriormente, o único interesse de Portugal e vários outros países do continente europeu era ampliar seus comércios. Apesar de Portugal ter sido o primeiro a lançar-se ao mar, foi a Espanha que primeiro aportou na América. Atrás deles, outros países também embarcarão na procura por novos mercados. Principalmente França, Inglaterra, Holanda e outros países da Europa que eram favorecidos pela sua localização geográfica (PRADO JR., 1942).

A iniciativa de povoamento surge apenas a partir da constatação pelos portugueses de que precisariam criar bases capazes não só de organizar o comércio, mas também, desbravar terras brasileiras, naquela época ainda tão primitivas. À primeira vista o território não oferecia nenhum produto com algum valor mercantil, portanto começam a estabelecer um modo de produção correspondente às expectativas de Portugal quanto à utilidade de tal ocupação (PRADO JR., 1942, p. 24).

Prado Jr. acentua os distintos significados entre a colonização na América do norte e América do Sul. Se na primeira, os motivos são baseados substancialmente em questões de divergências políticas e religiosas. Os interesses que motivaram a colonização na América do Sul são exclusivamente econômicos. Comandada por ações com sentido único exploratório no processo de transformar o Brasil em uma empresa comercial destinada a alimentar o mercado exterior (Idem, 1942, p. 28).

Uma vez que os objetivos foram determinados, os portugueses poderiam avançar com seu projeto de povoamento. Entretanto resistiram a enfrentar as condições climáticas de um país tropical, muito diferente da vida na Europa. Exceto a experiência das colônias inglesas onde em proporção mínima alguns colonos tiveram de se sujeitar ao dispêndio da sua força de trabalho até que fossem totalmente substituídos no início do século XVII pela mão de obra escrava. Toda vastidão das colônias restantes foi povoada por práticas violentas contra negros importados da África e índios, submetidos a trabalhos forçados. (Idem, 1942)

Considerando todos esses aspectos da formação social brasileira, Prado Jr. (1942) aponta para o surgimento de uma sociedade singular. Tendo em vista a realidade brasileira que ao longo da história avança na direção do desenvolvimento de um sistema originariamente mercantil, sem romper com a lógica da colonização. Mantém sua

produção destinada às exigências exteriores e sem valorizar o modo de vida já existente no Brasil e suas necessidades específicas.

Simultaneamente, enrijeceram-se características primitivas no que concerne à estrutura das relações sociais, políticas e à cultura que se estabeleceu. Toda a nossa evolução foi pautada nessas origens, que se perpetuam até hoje na forma em que os sujeitos se organizam coletivamente. “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.” (PRADO JR., 1942, p. 32)

Além de Prado Jr., outros autores também analisam as características controversas da evolução do Brasil diante do movimento de expansão do capitalismo. Francisco de Oliveira critica o conceito de subdesenvolvimento tratado como consequência histórica e afirma que o subdesenvolvimento é produzido pelo capitalismo.

Em seu livro, *Crítica à razão dualista*, propõe uma discussão sobre o percurso da economia brasileira e as propostas que procuram superar o dualismo cepalino, mas que não conseguem romper com ele. Dessa forma evita uma análise superficial das contradições geradas pelo sistema capitalista e ao mesmo tempo não reduz o debate a uma interpretação economicista que oculta as relações sociais presentes na construção da economia brasileira. “O “economicismo” das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 30).

Ressalta que não se trata de ideologias opostas, e sim da mesma compreensão política apenas com argumentos diferentes. Se de um lado os intelectuais revelavam a capacidade destrutiva do modo de produção capitalista, de outro os economistas se esforçavam para justificar a dificuldade dos países latino-americanos de acompanhar o processo de modernização conservadora. O modelo Cepalino foi incapaz de ultrapassar suas propostas reformistas e seus opositores incapazes de uma contribuição significativa para a produção teórica dos países latinos americanos (Idem, 2003, p. 31).

Prado Jr. (1942, p. 10) destaca que a coexistência dos aspectos primitivos e modernos “constituíram os fundamentos da nacionalidade brasileira” (Idem). O povoamento determinado por fatores econômicos, as relações sociais da forma como se estabeleceram na colônia, uma vida social estruturada com elementos próprios e a formação de um povo que não se apropriou do processo de construção dessa identidade. Levando a uma “atitude” mental coletiva particular” (Idem).

Francisco de Oliveira (2003, p. 33-34) também analisa a articulação entre o arcaico e o moderno, e aponta que na verdade o segundo se alimenta do primeiro, tornando-os interdependentes, o que chamará de “*unidade de contrários*”. Porém não entende essa ambiguidade como uma particularidade brasileira, pois está presente em praticamente todos os sistemas fundados no modo de produção capitalista.

Para ele, a teoria do subdesenvolvimento é funcional aos interesses de determinada classe para legitimar seu projeto hegemônico de sociedade. Garante a aprovação do povo na implementação de planos desenvolvimentistas, tratando o “atraso da economia brasileira” como problema central a ser combatido para que o Brasil fosse capaz de acompanhar a globalização do capital. Numa interpretação economicista, o aumento das taxas de crescimento propiciaria melhores condições de vida às pessoas (Idem, 2003, p. 33-34).

O autor contesta a definição da situação econômica brasileira que resume o subdesenvolvimento a uma anomalia natural no processo de evolução da sociedade pressupondo que será superado pela expansão do capitalismo. Tendo em vista que essa definição descarta as particularidades históricas das economias periféricas. Como a influência do passado colonial, do trabalho escravo e sua finalidade única de alimentar a mercado exterior.

De fato, o país já possui os elementos necessários para produzir riqueza, entretanto não consegue atingir o mesmo nível de acumulação das economias de capitalismo avançado “[...] o país se define pelo que não é, ou seja, pela condição subdesenvolvida, que já não se aplica, e pelo modelo de acumulação, que não alcança” (OLIVEIRA, 2003, p. 15). Em consequência não consegue eliminar suas discrepâncias sociais.

Dessa forma, contrariando a ideia de subdesenvolvimento como “atraso”, na verdade foram mantidas aquelas características arcaicas que aceleravam o processo de acumulação, como por exemplo, as precárias relações de trabalho, salários baixos e poucos investimentos em políticas sociais. Como justificativa, o crescimento econômico, que nesse caso, equivale ao proporcional crescimento das desigualdades sociais (Idem).

1.2 - Formação social e a relação com os processos de modernização tardia

A elaboração de Prado Jr. (1942) sobre a formação social brasileira contribui

muito para compreender as particularidades do processo de transição da Colônia para a concepção de Nação. Ressalta as contradições que o modo de organização do período colonial enrijeceu ao longo da evolução de seu povoamento, iniciado no século XV. A questão da nacionalidade se coloca como um impasse diante da forma como se constituíram as relações sociais e o processo de auto reconhecimento dos sujeitos.

Segundo Prado Jr. (1942), a colonização significou a agregação de diferentes raças (índios, africanos e europeus) dentro de uma mesma organização social, no entanto sem estabelecerem uma unidade nacional. Prevalecendo a cultura dos brancos (colonos) em detrimento da cultura dos colonizados, que se encontrava aquela altura, menos consolidada. Chamará atenção para a “ausência de nexos moral” originária da colônia.

A interação entre os sujeitos se resumia apenas ao nível das relações de trabalho, “constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam” (Idem, 1942, p. 341). Portanto não elaboram uma vida em comum, praticamente toda destinada ao trabalho servil. Sendo essa especificidade da formação social responsável pela dificuldade de criação de uma identidade nacional brasileira, problema que nos atravessa até os dias atuais.

A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial. (PRADO JR. 1942, p. 345)

Caio Prado (1942, p. 342) faz a distinção entre os que participavam do modo de organização principal da vida na colônia, e os que permaneciam à margem desse sistema. Os que estavam inseridos na dinâmica central, baseada no trabalho escravo, faziam parte do núcleo orgânico. E os segmentos que foram excluídos desse processo, pertenciam ao núcleo inorgânico da sociedade. Aquele em que as atividades desempenhavam papel secundário na economia, mais voltadas para o mercado interno e com pouca tecnologia. A agricultura de subsistência e a pecuária são exemplos deste tipo de produção.

O aspecto importante ressaltado pelo autor é que a escravidão se constituiu como único setor organizado nesse período. Mesmo aqueles que ousaram não aceitar o regime colonial, por conta da falta de organização própria, acabaram se tornando reflexo da própria colônia. O vínculo que estruturou as relações sociais brasileiras foi a exploração e violência. A vida social se reproduzia nas formas coloniais de hierarquia e

individualismo, tanto no sentido econômico, quanto no sentido político (Idem, 1942, p. 344).

Ainda que tenha terminado o regime escravista e a independência política tenha sido declarada, essas transformações ocorreram de cima para baixo. Ou seja, sem a participação das classes subalternas durante o processo, sem o questionamento e reflexão sobre as contradições da formação brasileira, portanto sem que estas entendessem o que determinou tais mudanças. Com isso, a fragmentação da colônia se reatualiza a cada necessidade de organização coletiva (RIBEIRO, 2014).

A economia continuou dependente, ainda voltada para a exportação e endividada por conta dos empréstimos com os bancos. Dessa forma, apesar dos avanços provocados pelo salto de industrialização durante o século XX, o país permanece condicionado à conjuntura internacional e reproduzindo as formas mais rudimentares de relações de produção (SCHWARZ, 2009, p. 34).

O esgotamento do sistema colonial a partir do fim do século XVIII é analisado por Caio Prado como algo inerente aos processos de acumulação primitiva, pois àquela altura já havia uma parte da população que não era incorporada na estrutura da colônia. “[...] incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos.” (PRADO JR, 1942, p. 356)

Sendo assim, Prado Jr. atribui esses aspectos à própria lógica da concentração de riquezas, não como resultado de uma modernização tardia, pelo contrário, como parte importante para o desenvolvimento das sociedades pré-capitalistas. Essa discussão faz parte da preocupação de pensadores que marcaram o início da tradição crítica brasileira trazendo uma releitura da formação social para explicar as consequências da implantação do capitalismo no Brasil. Mais tarde, outras interpretações como a de Roberto Schwarz, Paulo Arantes, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda darão continuidade a essa tradição.

1.3 – O sentido da modernização

Alguns pensadores reformularam a teoria crítica a partir do capital em seu estágio desenvolvido. No caso dos países periféricos, articulam-se as contradições do sistema colonial com os processos de modernização destrutiva. É importante pensar seu

passado violento e subalterno para compreender suas especificidades diante do quadro de esgotamento das formas capitalistas no mundo contemporâneo.

De acordo com Kurz (1982), o amplo desenvolvimento das forças produtivas provocada pela concorrência em seu processo de dinamização da economia caminha para a eliminação de seu próprio fundamento, o trabalho abstrato. A única saída para as economias periféricas foi recorrer aos empréstimos do FMI e Banco Mundial, mantendo sua histórica dependência financeira.

Quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado. (KURZ, 1982, p. 172)

Desse modo, essa estratégia nem de longe se apresentou como uma solução nem tampouco como opção. Em último caso serviu apenas para reajustar as formas capitalistas de produção por meio de um desenvolvimento endividado, por não conseguir desenvolver a economia de mercado na mesma proporção que cresciam os juros da dívida. Elaborando uma combinação entre modernização e atrasos simultâneos (VALLE; QUEIROZ; MACEDO, 1979).

Chico de Oliveira compara a evolução do Brasil a um ornitorrinco, no sentido de que agrega várias características distintas que em conjunto tornam-se algo peculiar, único, específico, pois não se compara a nenhum outro ser vivo. Assim como o capitalismo brasileiro não se compara a nenhum outro, por mais que outros países da América Latina também tenham experimentado processos de inserção semelhantes. “O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.” (OLIVEIRA, 2003, p. 150)

Apesar do avanço tecnológico, principalmente após a Terceira Revolução Industrial, com a microeletrônica, a economia brasileira mantém formas primitivas de dispêndio da força de trabalho. Como o autor coloca, se a Segunda Revolução Industrial possibilitou a expansão e o acúmulo de capital devido à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, a Terceira Revolução pelo contrário, proporcionou uma reestruturação produtiva que precarizou as condições de trabalho, promovendo a desregulamentação dos contratos de trabalho, terceirização, desemprego, e todas as formas de flexibilização defendidas pelo pensamento neoliberal.

As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado neste Crítica à razão dualista, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa. (OLIVEIRA. 2003, p. 143)

Oliveira (2003) chama de “trabalho abstrato virtual” todas as formas de trabalho criadas para atender a necessidade do capital de reduzir tempo de trabalho e aumentar a produtividade. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas permitiu alcançar um nível de mais valia relativa no qual se perde a capacidade de calcular o tempo de trabalho socialmente necessário para produção. Na era digital o Brasil não inova na criação de seus produtos, que tendem a ser superados cada vez com maior agilidade pela concorrência.

O conceito de “modernização recuperadora” apresentado por Kurz evidencia que a substância mercantil do período colonial foi preservada apesar do empenho para a industrialização da produção. Com destaque para o elemento estatista que serviu para controlar e subsidiar esse processo de modernização, sem o qual, as economias periféricas entrariam em colapso. “Os pecados estatistas não eram nenhum “erro”, mas sim uma necessidade involuntariamente aceita, para poder sobreviver ao menos durante algum tempo no invólucro do sistema mundial produtor de mercadorias”. (KURZ. 1982, p. 179)

Segundo Kurz (1982), trata-se de um sistema produtor de mercadorias com origem na acumulação primitiva. Com as mesmas características violentas, sendo a mão de obra escrava substituída pela força de trabalho assalariada. Seu aspecto recuperador na verdade só teve êxito na medida em que o desenvolvimento técnico-científico que transformou as forças produtivas ainda se encontrava em estágio embrionário. Provando gradativamente a perspectiva catastrófica de uma expansão capitalista sem limites.

O desemprego estrutural é um dos principais sinais de esgotamento de uma estrutura social que não consegue mais absorver os trabalhadores em sua produção de mercadorias. A esse exército que é repellido pelo sistema, Kurz (1982) chama “*sujeitos-monetários sem dinheiro*”. Por um lado “libera” os sujeitos de grande parte do gasto de energia humana, por outro mantém o gasto de energia como medida para o valor da produção. Fazendo com que o trabalho seja o único meio de acesso à riqueza, predominando a ética do trabalho como lógica social que dá sentido ao capitalismo. A

forma mercadoria é imposta como condição social da reprodução material e nesse processo se autonomiza diante da sociedade através de uma abstração do valor objetivado.

Nesse sentido, a análise de Kurz sobre a função que o trabalho exerce no processo de modernização, mostra que ele só existe na estrutura da sociedade produtora de mercadorias e que ainda assim já não encontra espaço para se reproduzir e sustentar a máquina de acumulação de capital. Tal análise é importante para compreender as formas particulares que a modernização tardia adquiriu na economia brasileira, tendo em vista os ajustes impostos pelo mercado internacional para superação do “subdesenvolvimento”, numa perspectiva de colapso do capitalismo global.

Conservando a subordinação ao capital internacional, os impactos dos ajustes neoliberais em suas fases de oscilação entre o comando estatista e o monetarismo recaem sobre as massas que trabalham e interferem na construção da identidade e na organização política dessa classe (KURZ, 1982).

Os impactos dos processos de reestruturação produtiva para os movimentos sociais e suas formas de representação de classe emergiram e foram suprimidos logo em seguida por conta do regime militar que se instaurou a partir de 1964.

A produção de cultura despertada pelos intelectuais, artistas e estudantes da esquerda durante o período mais violento da ditadura penetrou na sociedade civil de maneira profunda e passou a ser considerada uma ameaça à autocracia burguesa instituída. Mas a fragilidade da esquerda na sua interpretação sobre o momento político e econômico prejudicou à tomada de decisões do movimento operário. Este por sua vez, aderiu à concepção colaborativa entre trabalhadores e burguesia nacional. Legitimou o projeto populista da direita, que nunca esteve próxima de incorporar as reivindicações da classe operária em sua pauta liberal (SCHAWRZ, 2009).

Quando a sociedade civil parecia estar mais politizada e engajada em defender os interesses do movimento operário contra o capitalismo, repentinamente foi obrigada a se calar. O governo aliava-se ao imperialismo, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país voltado para a internacionalização do capital.

Os elementos do ornitorrinco então se refazem. Retoma o que existe de mais arcaico em sua estrutura política e cultural, e moderniza sua formação econômica. Ou seja, tenta acompanhar o mercado mundial desenvolvendo as forças produtivas, mas sem abandonar seus aspectos atrasados de economia periférica. Mas acima de tudo, essa dicotomia não persiste como consequência inevitável do processo de crescimento. Ela

perdura por ser parte integrante e fundamental que sustenta sua base econômica e garante a expansão do capitalismo em caráter global.

Essa contextualização é importante para entender as particularidades do Brasil em sua inserção no capitalismo mundial e como esses aspectos históricos contribuem para o cenário de barbárie na realidade brasileira. Influenciados por quais experiências se formaram os sujeitos que vivem nessa sociedade. Pois a barbárie não é apenas uma herança pré-histórica, ela é intrínseca ao processo de modernização (MENEGAT, 2019).

Considerações finais

A partir do presente estudo é possível compreender as particularidades da formação social brasileira e a composição de suas segmentações no processo de desenvolvimento dependente do Brasil com as condições sociais contemporâneas. O objetivo do presente estudo foi alcançado, sabemos que o assunto não se exaure aqui, pelo contrário, abre possibilidades de estudos futuros para melhor apreender o assunto.

Para assimilar a formação social brasileira foi necessário estudar o processo de modernização tardia, o desenvolvimento das forças produtivas e a revolução burguesa no Brasil, cujas configurações históricas possibilitaram o país se introduzir no modo de produção capitalista e com isso entender a desintegração desse sistema com a igualdade social.

O pensamento social brasileiro assegura que o atraso e a dependência brasileira são aspectos históricos que fortalecem a preponderância do capitalismo, cujo processo de modernização foi marcado pela subordinação da classe dominante brasileira pelo capital internacional, ao qual manteve uma minoria ignorante com os seus privilégios e liquidou com a classe trabalhadora.

Em tempo, se construíram outras teorias críticas que procuram analisar as contradições internas da formação social brasileira como expressão da contradição originária da sociedade capitalista. Portanto, não passível de resolução por dentro das suas formas econômicas e políticas já constituídas.

Dessa forma, resta claro que o Brasil, no contexto do capitalismo mundial, destaca-se pela existência de uma superexploração da força de trabalho, sendo necessário extinguir a prerrogativa de a classe dominante ser a principal dirigente sobre a nação para

construir um projeto nacional popular e com isso possibilitar um movimento de superação.

Referências

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Ed. Paz e Terra, 1992. 244p.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. Consequência. 2019.

MURAD, L. **Expropriação e Resistência: Produção de Cultura em Condições de Acumulação Primitiva**. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**; O ornitorrinco. Boitempo editorial, 2003.

PRADO, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 17ª Edição. Ed. Brasiliense, 1942. Pp. 19-32.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2014.

SCHWARZ, R. **Cultura e Política**. 3ª edição. Ed. Paz e Terra, 2009. Pp. 7-58. (Coleção Leitura).

VALLE, Edenio; QUEIROZ, José J.; MACEDO, Carmen Cinira. **A cultura do povo**. Cortez & Moraes; EDUC, 1979.